PROJETO DE LEI Nº   , DE 2012

(Do Sr. Padre Ton)

Altera o art. 12 da Lei nº 8.212 e o art. 11 da Lei nº 8.213, ambas de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a contratação de empregados, em épocas de safra, e o exercício de atividade remunerada, em período de entressafra ou defeso, por segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 12. ....

.....

§ 8º O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado ou trabalhador de que trata a alínea *g* do inciso V do *caput* deste artigo, em épocas de safra, à razão de no máximo trezentas pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho.

.....

§ 10 .....

.....

III – exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a trezentos dias,

corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13 deste artigo;

.....” (NR)

Art. 2º O art. 11 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11. ....

.....

§ 7º O grupo familiar poderá utilizar-se de empregados contratados por prazo determinado ou de trabalhador de que trata a alínea *g* do inciso V do *caput* deste artigo, em épocas de safra, à razão de, no máximo, trezentas pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho.

.....

§ 9º .....

.....

III – exercício de atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a trezentos dias, corridos ou intercalados, no ano civil, observado o disposto no § 13 do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Os segurados especiais do Regime Geral de Previdência Social são a única categoria previdenciária que encontra previsão no texto da Constituição da República, conforme seu art. 195, § 8º, cuja redação atual foi dada pela Emenda Constitucional nº 20, de 1998:

§ 8º O produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e o pescador artesanal, bem como os respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a

aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção e farão jus aos benefícios nos termos da lei.

A Carta Magna mostra-se clara ao exigir que os segurados especiais, entre os quais se incluem os pequenos produtores e trabalhadores do meio rural, devam exercer suas atividades em regime de economia familiar, sem a utilização de empregados permanentes.

Por seu turno, a Lei nº 11.718, de 2008, cuidou da atual definição de regime de economia familiar, ao caracterizá-lo como a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e ao desenvolvimento socioeconômico do núcleo familiar e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados permanentes (§ 1º do art. 12 da Lei nº 8.212 e do art. 11 da Lei nº 8.213, de 1991).

A mesma Lei também tratou de fixar os limites vigentes para a contratação de empregados por prazo determinado ou trabalhadores eventuais, ao permitir que o grupo familiar utilize, em épocas de safra, no máximo 120 pessoas/dia no ano civil, em períodos corridos ou intercalados ou, ainda, por tempo equivalente em horas de trabalho (art. 12, § 8º, da Lei nº 8.212, de 1991, e art. 11, § 7º, da Lei nº 8.213, de 1991, ambos com a redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008).

Simultaneamente, a Lei ressaltou que mantém a qualidade de segurado especial o membro de grupo familiar que exerce atividade remunerada em período de entressafra ou do defeso, não superior a 120 dias, corridos ou intercalados, no ano civil, recolhidas as contribuições devidas (art. 12, § 10, inc. III, da Lei nº 8.212, de 1991, e art. 11, § 9º, inc. III, da Lei nº 8.213, de 1991, ambos com a redação dada pela Lei nº 11.718, de 2008). Desse modo, os membros de diferentes grupos familiares podem utilizar a mão de obra uns dos outros, sem prejuízo da qualidade de segurado especial atribuída a cada um deles.

Ocorre, porém, que o quantitativo de 120 pessoas/dia e o prazo de 120 dias estipulados pela Lei nº 11.718, de 2008, têm se mostrado insuficientes frente à realidade do meio rural. Os trabalhadores e pequenos produtores do campo necessitam de mais pessoas para auxiliá-los a desempenhar as atividades do grupo familiar, em virtude da falta de escala de produção e da utilização relativamente baixa de tecnologias voltadas ao aumento de produtividade.

Além disso, cabe ressaltar que os segurados especiais receberam tratamento diferenciado, tanto do constituinte originário como do derivado, devido às características peculiares de seu modo de trabalho, muitas vezes executado em situação de reconhecida hipossuficiência econômica e social.

Sendo assim, propomos uma elevação no quantitativo de 120 pessoas/dia e no prazo de 120 dias em tela, para 300 pessoas/dia e 300 dias, respectivamente, de modo que não seja possível a caracterização de um único empregado permanente no grupo familiar, durante o decorrer de um ano civil completo, mesmo considerando a fruição de um eventual período de descanso, análogo ao das férias de 30 dias. A proposta está, portanto, em consonância com o disposto no art. 195, § 8º, da Constituição da República.

Pelo alcance social da matéria, desde já contamos com o apoio dos nobres Pares para a aprovação deste Projeto de Lei.

Sala das Sessões, em   de Setembro de 2012.

Deputado **PADRE TON**